

ENAP - Escola Nacional de Administração Pública

Pós Graduação *Lato Sensu*: Especialização em Gestão Pública com ênfase em Governo Local

Área de Concentração: Infraestrutura Local

**PLANO DE INTERVENÇÃO EM GESTÃO DO SISTEMA DE ENERGIA ELÉTRICA
NO MUNICÍPIO DE ITU-SP**

Autora: Victoria Brunner Souza

Brasília – DF

2018

**PLANO DE INTERVENÇÃO EM GESTÃO DO SISTEMA DE ENERGIA ELÉTRICA
NO MUNICÍPIO DE ITU-SP**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) como requisito para obtenção do grau de Especialista em Gestão Pública com ênfase em governo local.

Área de Concentração: Infraestrutura Local

Autora: Victoria Brunner Souza

Orientador: Gustavo Rabello

Brasília – DF

2018

AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos são:

À *Deus*, pela luz, pela proteção e pela realização deste sonho;

À *minha família*, que sempre me ensinou a ir atrás dos meus sonhos mesmo em condições adversas e que acredita imensamente no meu potencial;

Ao meu amor, *Lucas*, por todo apoio e toda a barra que segurou durante os três meses fora e os demais meses de conclusão de trabalho, por torcer pelo meu sucesso e por me amar tanto;

Aos meus chefes, Prefeito *Guilherme dos Reis Gazzola*, Secretário de Obras *Eduardo Luiz Alves da Silva* e Secretário de Planejamento *Plínio Bernardi Jr.*, pela confiança no meu trabalho e pela autorização para participar deste curso de pós-graduação;

Às minhas amigas e colegas de trabalho, *Adriana, Cláudia, Edinalva, Erica e Lucilene*, que acreditaram no meu potencial e sonharam este sonho junto comigo, a cada resultado publicado e a cada mensagem de saudades no *WhatsApp*;

Aos meus colegas, da melhor área de concentração Infraestrutura Local, e ao nosso querido coordenador, *Nelson Issa*, por todos os desafios compartilhados e obstáculos ultrapassados;

E finalmente, a *todos os alunos, professores, coordenadores, funcionários da ENAP e do IBAM*, pessoas desse Brasil imenso, de norte a sul, de leste a oeste, que o universo conseguiu reunir durante os três meses em Brasília, por todos os momentos vividos e pelo carinho, pela gratidão e pela amizade que ficarão daqui até a eternidade.

“A maior necessidade de um Estado é a de governantes corajosos.”

Johann Goethe

“O mundo é formado não apenas pelo que já existe, mas pelo que pode efetivamente existir.”

Milton Santos

“É preciso que as pessoas exijam as coisas certas. Se você, por exemplo, perguntar a uma criança o que ela quer de natal, ela vai responder uma lista de coisas que já conhece. Uma criança nunca pediria algo de que nunca ouviu falar. O mesmo vale para as demandas das pessoas em relação às cidades. É fundamental que haja informação sobre como uma cidade pode ser melhor para que a sociedade exija as coisas certas.”

Jan Gehl

RESUMO

Este trabalho apresenta uma proposta de ação relacionada à gestão administrativa municipal da energia elétrica, seja ela de consumo próprio dos serviços públicos municipais ou da iluminação pública de toda a cidade.

O Poder Público Municipal até recentemente não tinha como sua preocupação a gestão da energia elétrica, principalmente a gestão da iluminação pública, que a partir da Resolução Normativa ANEEL nº 414/2010, passou a ser responsabilidade da administração municipal, provocando uma modificação na forma como as prefeituras deveriam conduzir o assunto.

Diante deste panorama, encontrou-se uma oportunidade de ação sobre a temática da energia elétrica, em destaque para o município de Itu, cidade localizada no interior do Estado de São Paulo com cerca de 170 mil habitantes, que não realiza a gestão de energia elétrica, sendo que sua rotina se resume, basicamente em: receber as contas, verificar quem irá pagar e fazer a quitação.

A partir da metodologia desenvolvida pela ELETROBRAS em parceria com a PROCEL – Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica e o IBAM – Instituto Brasileiro de Administração Municipal, apresenta um Plano de Ação ainda simplificado, que apresenta as seguintes etapas: sensibilização e capacitação dos entes envolvidos, estruturação e organização administrativa, gerenciamento dos serviços de energia elétrica, planejamento de ações e consolidação da nova metodologia.

Palavras-chave: Energia Elétrica, Gestão Administrativa, Poder Público Municipal.

SUMÁRIO

1.	Diagnóstico.....	6
1.1.	Definição do problema.....	6
1.2.	Contexto/justificativa do problema.....	6
1.3.	Metodologia de coleta de dados.....	10
1.4.	Localização do Plano de Intervenção.....	11
1.5.	Público-Alvo.....	11
1.6.	Valor previsto.....	12
1.7.	Duração.....	13
1.8.	Instituição/unidade funcional gestora e idealizadora.....	13
2.	Objetivos.....	14
3.	Principais conceitos.....	15
4.	Marco Técnico e Teórico.....	16
4.1.	Legislação.....	16
4.2.	Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.....	16
4.3.	Manual para Elaboração de PLAMGEs – Plano Municipais de Gestão da Energia Elétrica.....	18
4.4.	Plano de Intervenção em Gestão do Sistema de Energia Elétrica.....	19
5.	Escopo.....	20
5.1.	Declaração do Escopo.....	20
5.2.	Estrutura Analítica do Projeto – EAP.....	21
5.3.	Não escopo.....	23
5.4.	Dicionário da EAP.....	23
5.5.	Levantamento de restrições.....	24
5.6.	Premissas.....	25
6.	Cronograma.....	26
7.	Considerações finais.....	27
	Referências bibliográficas.....	28

1. DIAGNÓSTICO

1.1. Definição do problema

O município de Itu, no estado de São Paulo, possui mais de 400 anos de existência e apresenta uma rica história urbana. Assim como outras cidades, incentivou, por muito tempo, a expansão das fronteiras urbanas pela aprovação e implantação de empreendimentos habitacionais, loteamentos e condomínios além dos perímetros urbanos consolidados (ITU, 2006). Esta atitude promoveu o esvaziamento de áreas centrais e tradicionais da cidade, que apresentam grande potencial de adensamento, e induziu o poder público a destinar a locais mais distantes e recentemente instalados os investimentos em sistemas de infraestrutura¹ como, por exemplo, água, luz, telefonia e asfalto.

A falta de investimentos e cuidados com os sistemas já existentes na cidade promoveu a precarização dos serviços públicos urbanos. É necessária uma reestruturação da gestão dos sistemas para que a cidade não seja prejudicada com evasão de moradores, repulsão de turistas e desinteresse de investidores, além de um consequente ciclo de decadência.

1.2. Contexto/justificativa do problema

Atualmente é possível observar que os problemas municipais estão relacionados à falta de planejamento e a falta de investimentos suficientes em manutenção dos sistemas de infraestrutura local. O principal exemplo que se pode citar neste contexto é a crise hídrica vivenciada pelo município no período de 2014 a 2016. Segundo DAVIS (2016):

“A água, e as eventuais dificuldades referentes ao acesso regular a ela, desde há bastante tempo esteve de maneira muito destacada não só entre as preocupações corriqueiras e práticas dos ituanos, mas também entre as preocupações político administrativas em Itu. As sucessivas medidas adotadas ao longo do tempo (com seus diferentes gestores, engenheiros, políticos, benfeitores, sistemas de abastecimento, dispositivos tecnológicos, modelos administrativos) não foram capazes de fazer dessa uma questão superada e, nesse sentido, os

¹ Para fins deste estudo, entendem-se sistemas de infraestrutura como o conjunto de serviços urbanos técnicos necessários ao desenvolvimento das funções urbanas de uma cidade, sendo eles: sistema viário, drenagem pluvial, abastecimento de água, esgotamento sanitário, energia elétrica, gás natural, comunicações (telefone, internet e televisão), entre outros.

acontecimentos desenrolados em 2014 podem ser pensados como mais um episódio na complexa genealogia hidropolítica ituana.”

A questão hídrica destaca-se pelo fato de, mesmo apresentando “preocupações político administrativas”, ter transformado a cidade em um caos em todos os sentidos, como se pode observar nas manchetes dos principais jornais do país quando digitamos “crise hídrica itu 2014” nos canais de busca da internet. Quais foram essas “preocupações políticoadministrativas”? Quais foram os investimentos realizados? Qual o planejamento realizado? Qual a situação dos demais sistemas do município?

The image is a screenshot of a news article from the website Portal Vermelho. At the top, there is a navigation menu with links for Home, Últimas, Brasil, Economia, Movimentos, Mundo, América Latina, Cultura, Mídia, Geral, TV, Rádio, Estados, and Colunistas. The main header features the Portal Vermelho logo, a red rooster. Below the navigation, there are social media sharing buttons for Curtir (0), Tweetar, and Compartilhar (5). The article title is "Crise hídrica em SP: População em Itú paga por seca e descaso". The text of the article begins with "A vida em Itú, a 100 quilômetros da capital paulista, já girou em torno da produção de açúcar, e também do café, tendo sido considerada uma das mais importantes cidades do estado entre 1850 e 1935. Depois disso, a principal atividade foi a produção de cerâmica vermelha e também o turismo motivado para a chamada 'cidade do exagero'. Hoje, no entanto, Itú está em destaque em razão da seca, e a população gasta boa parte de sua energia, e do dinheiro, em uma busca desesperada por água potável, que em alguns locais não chega nas torneiras há 50 dias." Below the text, there is a "Foto Montagem" section with three images: a well, a truck, and a group of people. To the right of the images, there is a text block starting with "O aposentado José Bernardo, de 70 anos, vendeu um carro que valia R\$ 33 mil por R\$ 15 mil. Comprou uma caminhonete usada por R\$ 39 mil, assumindo 48 parcelas de R\$ 500. Acoplou ao veículo uma caixa de água de 500 litros, mais uma bomba d'água com uma extensão elétrica e uma mangueira, ambas com 35 metros. Essa parte, ao custo de R\$ 1.200. Isso sem contar o gasto com combustível. O objetivo? Conseguir água." Below this, there is a quote: "A gente está passando muito aperto. Não só pela falta da água em si, mas porque temos um parente que necessita cuidados de higiene mais complexos. Até hoje não vimos a cor do caminhão-pipa. A gente tem de se virar", desabafa Bernardo, que paga boa parte do dinheiro vindo de...". On the right side of the page, there is a sidebar with a Facebook link "SIGA O PORTAL VERMELHO NO FACEBOOK" and a section titled "Notícias relacionadas a: São Paulo" with three sub-articles: "Comerciantes de SP: Inércia de Temer leva 10 mil a mutirão do emprego", "Privatização de Doria nem poupa recurso nem atende interesse público", and "Orlando Silva: Tragédia anunciada".

Figura 1 - Manchete Vermelho - Fonte: <http://www.vermelho.org.br/noticia/252838-10>

CRISE HÍDRICA

O exemplo de Itu

O município de 155.000 habitantes se levantou contra a falta de água em 2014. Os caminhões-pipa tiveram que ser escoltados



MARÍA MARTÍN

São Paulo - 6 FEB 2015 - 15:10 CET



Protesto em Itu contra a falta de água em outubro. VICTOR MORIYAMA

INSCREVA-SE EM NOSSOS NEWSLETTERS

PODE TE INTERESSAR

O mundo precisa de adultos responsáveis, não de otimismo infantilizado



A seca no São Francisco que salga o café e adoce moradores em uma cidade de Alagoas



Fotogaleria | Piaçabuçu, onde o rio é mais salgado



O Japão e o Nordeste estão logo ali, nos haikais de Xico Sá



Figura 2 – Manchete El País “O exemplo de Itu”

Um dos primeiros projetos realizados pela atual gestão municipal (2017-2020), do Prefeito Guilherme Gazzola, foi a Operação Casa Limpa, que segundo o site da prefeitura apresentou a seguinte descrição (ITU, 2017):

“Durante 100 dias, Itu vai passar por uma limpeza geral em todos os bairros da região urbana por meio da operação Casa Limpa. Para isso, foi elaborado um cronograma que divide a cidade em 22 regiões. O mutirão, que começa nesta segunda-feira (20/03), é realizado pela Prefeitura com envolvimento de diversas secretarias. Entre os procedimentos previstos, a Casa Limpa promoverá podas de árvores, reparos no asfalto, combate aos focos do mosquito Aedes aegypti e outras pragas, fiscalização ambiental e imobiliária em terrenos.”

Entretanto, a Operação Casa Limpa, que surgiu como uma força-tarefa realizada no início do mandato, apresentou uma demanda por manutenções além das expectativas, ultrapassando os limites das ações paliativas, demonstrando a necessidade de organização das atividades de gestão dos serviços de infraestrutura urbana e o planejamento de manutenções

preventivas com mais frequência ou mesmo a substituição de equipamentos, como por exemplo, a realização de recapeamento ao invés de operação “tapa-buraco”.

A atuação dos vereadores municipais também deve ser levada em consideração. Ao acessar o site <http://www.camaraitu.sp.gov.br/> e realizar uma busca sobre as diversas indicações² apresentadas pela Câmara Municipal, poderá observar que principalmente no exercício de 2017-2018 (contabilizadas em 1385 em 2017 e 689 para os primeiros cinco meses de 2018), os termos mais recorrentes são: “tapa-buraco”, “serviço de pintura”, “limpeza de bueiro”, “serviço de asfalto”, “manutenção de estrada”, “lâmpada no poste”, “poda”, “capina”, entre outros; o que demonstra que a Operação realizada não surtiu exatamente o efeito esperado e que a manutenção geral da cidade está em estado precário.

A questão se torna ainda mais preocupante a partir da publicação da Resolução Normativa nº 414, de 09 de setembro de 2010, da ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica e suas atualizações posteriores. Este documento tem por objetivo estabelecer condições gerais de fornecimento de energia elétrica determinando inclusive, em seu Capítulo XVII, Seção III, Artigo nº 218, que a distribuidora deveria transferir o sistema de iluminação pública registrado como Ativo Imobilizado em Serviço – AIS à “pessoa jurídica de direito público competente”, ou seja, as prefeituras municipais até a data final de 31 de dezembro de 2014.

Pode-se dizer que essa determinação causou uma reviravolta no poder público municipal, que não estava esperando uma modificação como esta. Como uma prefeitura que tem dificuldades para administrar os sistemas de infraestrutura que estão sob sua responsabilidade poderá assumir também o sistema de iluminação pública, a considerar “a operação e reposição das lâmpadas, de suportes e chaves, além da troca de luminárias, reatores, relés, cabos condutores, braços e materiais de fixação, além de outras atividades necessárias a perfeição desse serviço público”? Como uma “resolução de autarquia pode atribuir aos municípios uma tarefa que estavam desacostumados porque a própria União não lhes permitiu exercê-la ao longo de anos a fio”? “A quem interessa a transferência dos Ativos Imobilizados em Serviço da distribuidora para os municípios”? Foi com estes questionamentos que o Município da Estância Turística de Itu apresentou um agravo de

² De um ponto de vista regimental, a indicação é um dispositivo parlamentar que faculta ao vereador a possibilidade de contribuir com a administração pública realizada pelo poder Executivo por meio do envio de sugestões de prestação de serviços de interesse público ao prefeito ou ao órgão administrativo cabível.

instrumento contra a ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), a CPFL (Companhia Piratininga de Força e Luz) e a CERIM (Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento da Região de Itu e Mairinque) e conquistou seu provimento, ou seja, até o presente momento a municipalidade não assumiu esta responsabilidade sobre o Ativo Imobilizado em Serviço (AIS).

Outros dois documentos devem ser levados em consideração: Nota Técnica nº 021/2011-SRC/ANEEL, publicado em 25 de agosto de 2011 e o Balanço da Transferência de Ativos de Iluminação Pública, publicado pela ANEEL em 08 de maio de 2015. O primeiro documento apresenta um levantamento efetuado em junho de 2011 que constatou que 63,8% dos municípios brasileiros detinham a responsabilidade de seu sistema de iluminação pública naquele momento. Já o segundo documento apresenta a informação de que “dos 5564 municípios brasileiros, 5107 (91,7%) já assumiram os ativos de iluminação pública (IP), restando, portanto, 457 (8,3%)”. Esses dados são importantes para demonstrar que a maioria dos municípios conseguiu assumir a responsabilidade do serviço, apesar de todas as dificuldades apresentadas. É importante prever que, diante da quantidade de municípios que já estão realizando os serviços de iluminação pública, haverá em breve uma determinação para que os 8,3% restantes sejam obrigados a assumir este serviço.

Nesse sentido, será apresentado um Plano de Intervenção em Gestão do Sistema de Energia Elétrica Municipal, de forma a reestruturar a administração deste sistema, no que diz respeito às atividades, análises dos consumos e competências das secretarias municipais, bem como apresentar um programa de necessidades para a adequação da prefeitura a fim de garantir economicidade, eficiência e estrutura para assumir os serviços de iluminação pública, quando necessário.

1.3. Metodologia de coleta de dados

A Proposta de Intervenção que será apresentada tem embasamento inicial nas informações coletadas em reuniões realizadas com as Secretarias de Obras, Planejamento e Finanças. Posteriormente serão consideradas as informações disponibilizadas pelos funcionários destas secretarias que estão relacionados às atuais atividades do Sistema de Energia Elétrica Municipal, principalmente recepção e distribuição das contas de energia pelos departamentos, estudos de propostas para eficiência energética, atendimentos aos canais de reclamação do cidadão, elaboração de documentação técnica para manutenção da

iluminação pública, aprovação dos sistemas de iluminação pública em novos loteamentos, funcionamento do sistema de videomonitoramento e semaforização municipal, faturamento e notas fiscais das contas de energia, cobrança da Contribuição da Iluminação Pública – CIP e os valores arrecadados, entre outros. A Secretaria Municipal de Justiça será consultada para acompanhamento do processo judicial entre a Prefeitura de Itu e a ANEEL, CPFL e CERIM, que continua em andamento, principalmente para obter informações quantos aos argumentos utilizados para defesa do município.

A legislação municipal será analisada sob o viés das competências e definições dos departamentos quanto às atividades relacionadas ao sistema de energia elétrica municipal. Serão analisadas também as definições sobre a tarifação e base de cálculo da Contribuição da Iluminação Pública – CIP.

As atuais distribuidoras municipais CPFL (Companhia Piratininga de Força e Luz) e a CERIM (Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento da Região de Itu e Mairinque) serão consultadas para disponibilização de informações essenciais ao trabalho. Serão solicitados arquivos em formato aberto, para ambas as distribuidoras, com os dados das unidades consumidoras que apresentam o CNPJ da Prefeitura, os consumos realizados nos últimos seis meses e todas as informações gerenciais do sistema de energia elétrica, tarifas, contratos, classe, entre outros.

1.4. Localização do Plano de Intervenção

O Plano de Intervenção em Gestão de Sistema Energia Elétrica será realizado na Prefeitura da Estância Turística de Itu-SP, basicamente na Secretaria Municipal de Obras em articulação com as demais Secretarias Municipal de Administração, Finanças, Planejamento, Serviços Urbanos, Serviços Rurais, Segurança, Trânsito e Transporte, além da Câmara Municipal.

1.5. Público-Alvo

As atividades propostas no Plano de Intervenção em questão não apresentam um público alvo diretamente relacionado. Indiretamente, a proposta deverá atingir toda a população ituana, de todas as faixas etárias e de todas as classes sociais. Os maiores impactos

deste projeto serão percebidos pela própria administração pública e seus servidores municipais, principalmente pela organização das atividades e economicidade dos serviços.

1.6. Valor previsto

Para a realização deste plano é necessário prever a utilização de recursos materiais e recursos humanos da administração pública. Entretanto isso não significa um investimento financeiro alto, pois muitos dos insumos já são comuns ao dia a dia do poder administrativo, sendo requisitado apenas uma otimização dos serviços.

Dentre os recursos materiais podemos prever a utilização de: materiais de expedientes (lápiz, papel, caneta, envelopes, carimbos, grampeador, clips, etc.); e equipamentos de tecnologia (telefone, microcomputador com acesso a internet, impressora e copiadora multifuncional, câmera fotográfica, wattímetro, luxímetro, termômetro digital e trena eletrônica). Destes quase todos já são despesas correntes e estão previstos no Plano Plurianual da Prefeitura.

Em relação aos recursos humanos, podemos prever a necessidade de: um funcionário de médio/alto escalão (para coordenação das atividades e interação entre a distribuidora de energia e o poder público – que pode ser um diretor ou um secretário já contratados), dois funcionários técnico-operacionais (responsáveis pelas análises técnicas, propostas de melhoria, elaboração de banco de dados, pareceres técnicos, etc. – engenheiros e/ou arquitetos - sugestão de contratação de um engenheiro eletricista e utilização de outro funcionário já contratado), um funcionário operacional (agente administrativo ou estagiário – para auxiliar os funcionários técnicos nas atividades administrativas dentro da prefeitura/da unidade gestora – também já contratado) e dezoito funcionários operacionais (agentes administrativos ou gestores municipais das secretarias e do Fundo Social, que serão responsáveis pelas análises e ações dentro de cada departamento de sua secretaria, auxiliando os funcionários técnico-operacionais). Devemos destacar que dentre os insumos humanos a prefeitura só não dispõe atualmente de Engenheiro Eletricista, cujo média salarial no Brasil, segundo o site de empregos CATHO (2018) é de R\$ 6.788,09. Os demais funcionários poderão, durante a evolução do programa, receber benefícios de Função Gratificada conforme os resultados apresentados.

A realização de cursos de capacitação técnica é muito importante para todos os entes envolvidos. A despesa deste item poderá ser evitada através da realização de parcerias entre a

prefeitura e instituições de ensino, outras prefeituras, a distribuidora de energia, ou órgãos público como ELETROBRAS ou PROCEL. Caso não consiga ser evitada, podemos minimizar o custo através da contratação de capacitação de um ou dois funcionários e a propagação dos conhecimentos, destes para os demais funcionários envolvidos.

Importante destacar que este plano de intervenção está relacionado à metodologia do PLAMGE – Plano Municipal de Gestão da Energia, desenvolvido pela ELETROBRAS, PROCEL e IBAM, e que são apresentadas duas formas de economia: aplicação de projetos de eficiente energética e ações de gestão da energia elétrica. Essa economia demonstra que além de ser um projeto viável (com custo muito baixo), a gestão da energia elétrica promove a evolução administrativa de uma prefeitura, que realiza a otimização e controle de seus recursos.

1.7. Duração

Este plano de intervenção tem previsão de duração de um ano e meio, sendo que os resultados já são evidentes a partir do segundo mês. Ao completar 150 dias, a estruturação e implantação da gestão da energia elétrica já estão concluídas e que as atividades que ficaram para os meses seguintes são de gerenciamento, planejamento e consolidação.

1.8. Instituição/unidade funcional gestora e idealizadora

Diante das características do plano de intervenção, as unidades administrativas mais indicadas para conduzir este projeto são: Secretaria Municipal de Planejamento e Secretaria Municipal de Obras. A primeira apresenta os departamentos de geoprocessamento e de arquitetura e engenharia, e a segunda os departamentos de fiscalização e aprovações, ambas com técnicos capazes de contribuir com o projeto. Além da unidade gestora responsável, é imprescindível o envolvimento de todas as outras secretarias, sem as quais o plano de intervenção estará prejudicado.

2. OBJETIVOS

Este plano de intervenção tem como objetivo geral elaborar um plano de ação para gestão do sistema de energia elétrica municipal. Aliado ao objetivo mencionado pretende-se diagnosticar problemas administrativos da gestão do sistema de energia, organizar as atividades relacionadas a este serviço, buscar economia dos recursos destinados ao consumo municipal, aumentar a comunicação e melhorar o relacionamento com as concessionárias prestadoras de serviços no município, dimensionar e propor uma equipe responsável e sua composição técnica para execução das atividades, e criar um banco de dados municipal para controle do consumo e das unidades consumidoras do município.

3. PRINCIPAIS CONCEITOS

Os principais conceitos associados ao trabalho são:

- Sistema de Energia Elétrica
- Sistema de Iluminação Pública
- Administração Pública
- Plano de Ação
- Economicidade
- Competências
- Unidade Gestora
- Gestão Municipal

4. MARCO TÉCNICO E TEÓRICO

4.1. Legislação

Conforme a Constituição Federal, em seu artigo 30, inciso V, compete aos municípios: “organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local (...)”. Entretanto, a legislação vigente do município de Itu pouco ou nada menciona sobre a questão do serviço de iluminação pública e fornecimento de energia elétrica, sendo que em sua Lei Orgânica (Lei nº 3153 de 04 de abril de 1990) apenas reproduz o que estabelece a Constituição Federal.

Outras leis municipais estabelecem definições sobre a instituição da Contribuição para Custeio da Iluminação Pública – CIP (Lei nº 1014/2008 e 1485/2012); Doação de lâmpadas fluorescentes às famílias de baixa renda (Lei nº 48/2001); Cartilha da Economia de Água e Energia Elétrica (Lei nº 98/2001) e Contrato de Operação de Crédito junto ao Programa Iluminação Eficiente com a Companhia Piratininga de Força e Luz - CPFL (Lei nº 684/2005).

Leis mais antigas demonstram que o município já teve documentos assinados com a Companhia de Eletricidade de São Paulo e Rio (Lei nº 814/1964) e com a ELETROPAULO – Eletricidade de São Paulo S/A (Lei nº 2716/1984), porém não há informações de contratos recentes entre a municipalidade e as atuais concessionárias de distribuição de energia elétrica.

Importante destacar duas leis que dispõem sobre a Estrutura Administrativa Municipal, são elas: Lei nº 678, de 10 de outubro de 2005 e Lei nº 1918, de 30 de junho de 2017. Ambas apresentam as Secretarias, Diretorias e algumas competências do serviço público, porém nenhuma delas sequer menciona melhoramentos urbanos, iluminação pública, energia elétrica ou serviços públicos de interesse local. Ou seja, é possível observar que já há algum tempo este assunto não é foco de preocupação da administração municipal.

4.2. Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL

Conforme a Constituição Federal, em seu artigo 21, inciso XII, alínea “b”, a União, através da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, firmou Contrato de Concessão de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica, pelo prazo de 30 (trinta) anos, com a **Companhia Piratininga de Força e Luz – CPFL** (Contrato de Concessão nº 009/2002 –

ANEEL), que regula a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica³, sendo a cidade de Itu um dos municípios que compõem a área de concessão da CPFL.

A União, também de acordo com a Constituição Federal, artigo 21, inciso XII, alínea “b”, através da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL firmou Contrato de Permissão para Prestação de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica, pelo prazo de 20 (vinte) anos, com a **Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento da Região de Itumairinque - CERIM** (Contrato de Permissão nº 003/2008 – ANEEL), que permitiu a exploração do serviço público de distribuição de energia elétrica como função de utilidade pública prioritária, entre outras disposições.

Ocorre que, em 09 de setembro de 2010, Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, publicou a Resolução Normativa nº 414/2010, que estabelece em seu artigo nº 218 que as distribuidoras deveriam transferir o sistema de Iluminação Pública registrado como Ativo Imobilizado em Serviço – AIS para administração pública, até o prazo final de 31 de dezembro de 2014 (Redação conferida pela Resolução Normativa nº 587, de 10 de dezembro de 2013). Diante desses fatos nos questionamos: Quais municípios teriam a capacidade de arcar com essa responsabilidade? O município de Itu conseguiria assumir a gestão do seu Sistema de Iluminação Pública?

Conforme a Nota Técnica nº 021/2011-SRC/ANEEL, publicado em 25 de agosto de 2011 e o Balanço da Transferência de Ativos de Iluminação Pública, publicado pela ANEEL em 08 de maio de 2015, houve um aumento de cerca de 30% dos municípios que assumiram a responsabilidade de seu sistema de iluminação pública, totalizando um percentual de 91,7% ainda em 2015. Entretanto, o município de Itu ainda faz parte de uma pequena parcela que não assumiu os serviços em questão, conforme Agravo de Instrumento nº 0017038-78.2015.4.03.0000/SP do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, interposto pela municipalidade contra a Companhia Piratininga de Força e Luz – CPFL, Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento da Região de Itu – CERIM e Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, cujo principal questionamento é:

³ Segundo a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL:

“A distribuição se caracteriza como o segmento do setor elétrico dedicado à entrega de energia elétrica para um usuário final. Como regra geral, o sistema de distribuição pode ser considerado como o conjunto de instalações e equipamentos elétricos que operam, geralmente, em tensões inferiores a 230 kV, incluindo os sistemas de baixa tensão.”

“Não há dúvida alguma de que o novo encargo que a ANEEL pretende impingir aos Municípios (em relação os quais não tem qualquer vínculo de supremacia ou autoridade) exige recursos operacionais, humanos e financeiros para operacionalização e manutenção dos mesmos, que eles não possuem. A manutenção do serviço de iluminação pública há muito tempo foi atribuída a empresas distribuidoras de energia elétrica; essa situação se consolidou ao longo de décadas, especialmente ao tempo do Regime Autoritário quando a União se imiscuiu em todos os meandros da vida pública e em muitos da vida privada. De repente tudo muda: com uma resolução de autarquia, atribui-se aos Municípios uma tarefa a que estavam desacostumados porque a própria União não lhes permitiu exercê-la ao longo de anos a fio.”⁴

4.3. Manual para Elaboração de PLAMGEs – Plano Municipais de Gestão da Energia Elétrica

O Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica, chamado de PROCEL, foi criado em 1985 pela ELETROBRAS com a incumbência de pensar soluções para o uso eficiente da energia elétrica, combate ao desperdício, incentivo a redução dos custos e investimentos no setor.

Em 1996, foi lançado o subprograma “PROCEL GEM – Gestão Energética Municipal” para auxiliar aos governos municipais a gastarem menos aprimorando a gestão do seu consumo. Já em 2010, a ELETROBRAS firmou uma parceria com o IBAM – Instituto Brasileiro de Administração Municipal para atualizar a 1ª Edição do Manual para Elaboração de PLAMGEs – Planos Municipais de Gestão da Energia Elétrica, lançado em 2001, apresentando as seguintes etapas: sensibilização, capacitação dos técnicos municipais, estruturação da Unidade de Gestão Energética Municipal, Organização dos Dados Necessários para a Gestão, Gerenciamento do Consumo de Energia Elétrica, Planejamento do Consumo de Energia Elétrica e Elaboração do Plano Municipal de Gestão da Energia Elétrica – PLAMGE. Na mesma época, foi relançado também o SIEM – Sistema de Informação Energética Municipal, uma ferramenta online que auxilia os municípios a acompanhar as contas de energia elétrica de prédios públicos, parque de iluminação pública e sistema de saneamento básico, além de permitir um trabalho de análise, planejamento e gestão do uso e consumo eficientes.

⁴ Agravo de Instrumento nº 0017038-78.2015.4.03

4.4. Plano de Intervenção em Gestão do Sistema de Energia Elétrica

Diante do panorama apresentado pelo município de Itu, este Plano de Intervenção propõe utilizar a metodologia desenvolvida pela ELETROBRAS em parceria com o IBAM para solucionar as dificuldades apresentadas pela municipalidade através da diminuição das despesas gastas atualmente com o consumo de energia elétrica. Propõe também, através desta economia, a estruturação de uma unidade gestora para assumir a responsabilidade do sistema de iluminação pública municipal.

5. ESCOPO

5.1. Declaração do Escopo

Este Plano de Intervenção apresenta um projeto para realização em sete etapas, sendo as seguintes: Sensibilização, Capacitação, Estruturação, Organização, Gerenciamento, Planejamento e Consolidação.

A etapa inicial de Sensibilização apresentará como produtos: uma apresentação para o Prefeito e para os Secretários Municipais; uma proposta de Estrutura da Unidade de Gestão Energética Municipal (UGEM) e das Subunidades (SubUGEM), e uma pauta de reunião com as Concessionárias Municipais de Energia – Companhia Piratininga de Força e Luz (CPFL) e Cooperativa de Eletrificação da Região de Itu e Mairinque (CERIM).

A etapa de Capacitação entregará: planejamento de cursos ou oficinas de capacitação dos técnicos das unidades e subunidade de gestão e capacitação para utilização do Software SIEM – Sistema de Informação Energética Municipal.

Na etapa de Estruturação pretende-se entregar: uma Minuta de Decreto para a Constituição da UGEM e uma lista de equipamentos mínimos para o funcionamento adequado da UGEM.

Na etapa de Organização serão realizadas Visitas Técnicas às Unidades Consumidoras (UCs) selecionadas; realização de Diagnósticos Cadastrais, Sócioeconômico, Geoclimático e dos consumos de energia pelas UCs com um levantamento dos equipamentos das UCs e um Relatório com Indicadores de Desempenho Energético.

A quinta etapa é a de Gerenciamento, nesta serão entregues os seguintes produtos: Relatório de Análises Mensais dos Dados de Energia do Município com apresentação de Gráficos e a aplicação do Método de Medição e Verificação.

A penúltima etapa e a considerada mais importante é a etapa de Planejamento, que tem como produto: Realização de Visitas Técnicas as UCs, a Elaboração de Projetos de Eficiência Energética, Análise dos Cenários Real, de Referência e de Eficiência e Análises Mensais de Economia de Energia e de Recursos.

Finalmente, a última etapa, chamada Consolidação, irá realizar: Nova Sensibilização com a apresentação de resultados prévios e a Elaboração do Plano Municipal de Gestão Energia Elétrica – PLAMGE.

5.2. Estrutura Analítica do Projeto – EAP

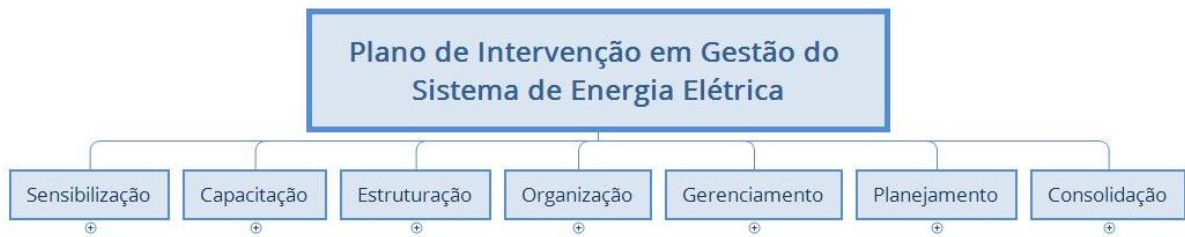


Figura 3 - EAP - Estrutura Analítica de Projeto

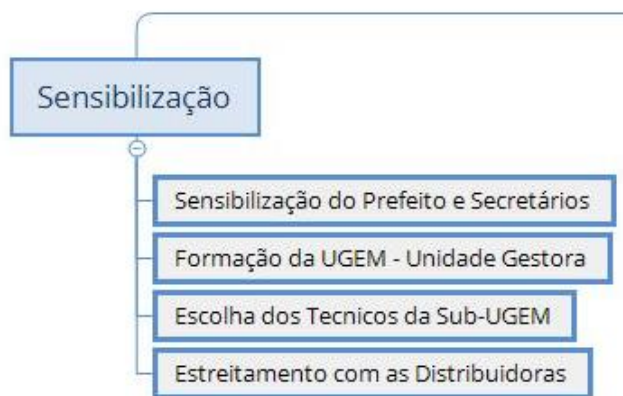


Figura 4 - EAP - Etapa 1 - Sensibilização

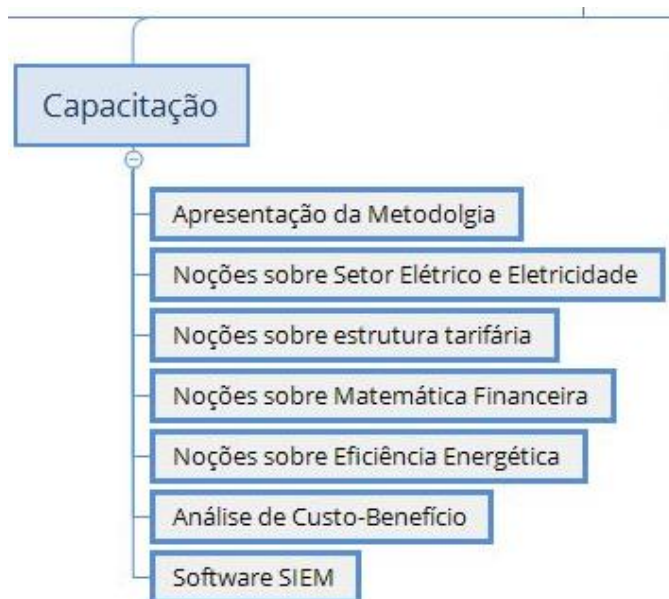


Figura 5 - EAP - Etapa 2 – Capacitação

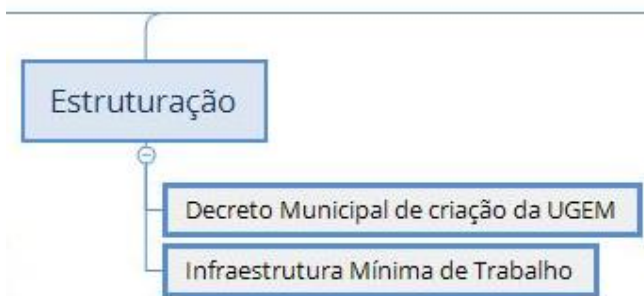


Figura 6 - EAP - Etapa 3 – Estruturação

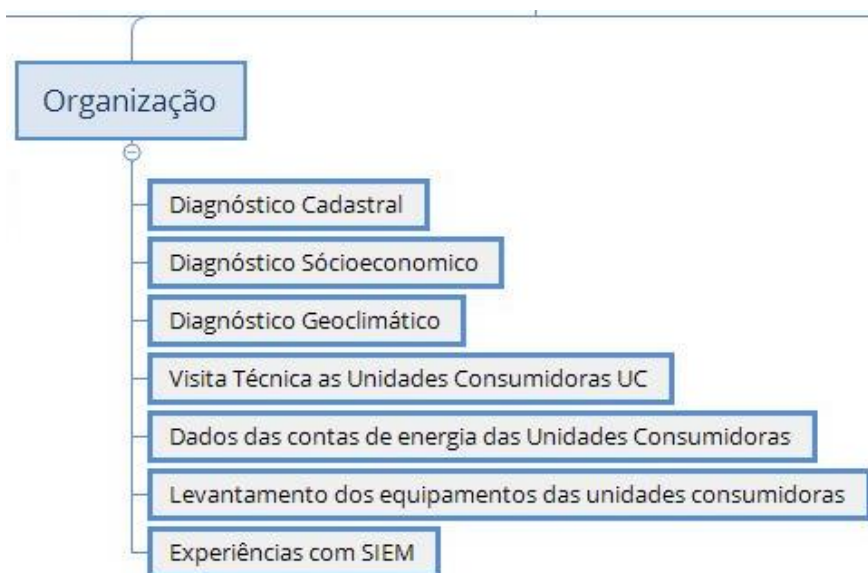


Figura 7 - Etapa 4 – Organização



Figura 8 - EAP - Etapa 5 - Gerenciamento

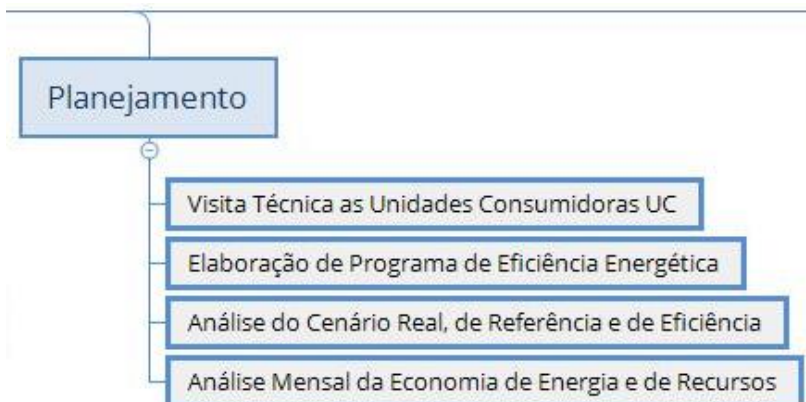


Figura 9 - EAP - Etapa 6 - Planejamento

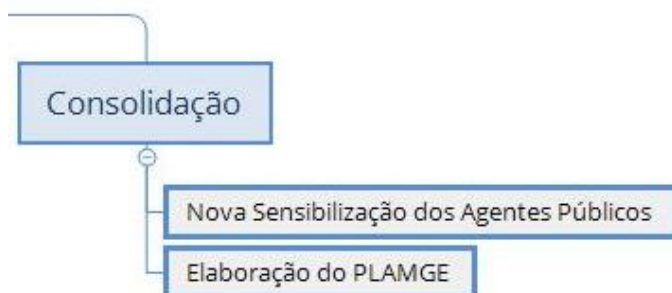


Figura 10 - EAP - Etapa 7 - Consolidação

5.3. Não escopo

Não serão produtos deste projeto: Revisão da Legislação Municipal vigente, Apresentação de argumentos para defesa do município para processo judicial, Proposta de organograma da Administração Direta e Indireta e Plano de Ação dos demais serviços públicos municipais.

5.4. Dicionário da EAP

Entrega	Descrição da entrega
Sensibilização	Trata-se da apresentação e sensibilização dos entes que precisarão estar envolvidos e empenhados para que o projeto obtenha sucesso, principalmente os cargos de comando como Prefeito e Secretários Municipais.

Capacitação	Etapa de capacitação dos técnicos municipais que possivelmente irão estruturar todo o projeto. Essa capacitação é importante para que posteriormente, diante dos panoramas encontrados possam surgir soluções adequadas.
Estruturação	Trata-se da criação e formação da Unidade de Gestão Energética Municipal (UGEM) e a estruturação das SubUGEM, sub-unidades que estarão diretamente ligadas as secretarias e as Unidades Consumidoras (UCs). Dimensionamento também da infraestrutura necessária para funcionamento das unidades.
Organização	Etapa de organização dos dados, realização de análises e diagnósticos, principalmente para alimentação do Sistema de Informação Energética Municipal (SIEM). Conhecimento do consumo de energia elétrica em cada Unidade Consumidora, seja ela prédio público, iluminação pública ou sistema de saneamento básico.
Gerenciamento	Esta etapa está relacionada com a exploração da ferramenta SIEM, através da produção de gráficos e relatórios. Trata-se também no início do módulo de Medição e Verificação (M&V), que tem o objetivo de observar o consumo atual para comparação conforme a implantação das medidas de economia energética.
Planejamento	A partir das análises feitas na etapa anterior, esta etapa apresentará propostas e soluções para a melhoria do consumo nas Unidades Consumidoras, serão elaborados Projetos de Eficiência Energética, além de análises dos cenários futuros.
Consolidação	Trata-se da etapa de análise das primeiras ações implantadas, análise dos potenciais de economia obtidos e a elaboração do Plano Municipal de Gestão da Energia Elétrica (PLAMGE), com a apresentação de propostas a curto, médio e longo prazo.

Tabela 1 - Dicionário da EAP

5.5. Levantamento de restrições

As restrições deste projeto são: A prefeitura de Itu não possui verba empenhada para o desenvolvimento deste projeto, assim não poderá ser realizado compra de materiais e equipamentos e contratação de pessoal e serviços, pelo menos inicialmente. É importante considerar que os primeiros resultados deverão ser apresentados imediatamente e a conclusão do projeto deverá ser antes do final do mandato do Prefeito atual.

5.6. Premissas

As premissas deste projeto são: as informações para o seu desenvolvimento serão disponibilizadas pela administração pública e/ou pelas concessionárias do serviço de Energia e Iluminação Pública CPFL e CERIM. Haverá um esforço coletivo de todas as secretarias para a realização deste projeto, na disponibilização de algum material, equipamentos e pessoal, considerando a estrutura administrativa já existente na prefeitura. É imprescindível que cada secretaria seja transparente com as informações e as rotinas que possui sobre o sistema de energia elétrica municipal.

6. CRONOGRAMA

Considerando o início do projeto em janeiro de 2019, o plano de intervenção deverá seguir o cronograma abaixo. Entretanto, nada impede que o início seja antecipado. Este foi elaborado com uma boa margem em relação aos prazos estabelecidos.

	Nome	Duração	Início	Fim
1	☐ Sensibilização	30 dias	02/01/19 08:00	12/02/19 17:00
2	Apresentação Prefeito e Secretários	8 dias	02/01/19 08:00	11/01/19 17:00
3	Formação da UGEM e SubUGEM	15 dias	14/01/19 08:00	01/02/19 17:00
4	Reunião com as Distribuidoras CPFL e CERIM	7 dias	04/02/19 08:00	12/02/19 17:00
5	☐ Capacitação	21 dias	13/02/19 08:00	13/03/19 17:00
6	Apresentação da Metodologia	5 dias	13/02/19 08:00	19/02/19 17:00
7	Noções sobre Setor Elétrico e Eletricidade	2 dias	20/02/19 08:00	21/02/19 17:00
8	Noções sobre estrutura tarifária	2 dias	20/02/19 08:00	21/02/19 17:00
9	Noções sobre Matemática Financeira	2 dias	20/02/19 08:00	21/02/19 17:00
10	Noções sobre Eficiência Energética	2 dias	20/02/19 08:00	21/02/19 17:00
11	Análise de Custo-Benefício	8 dias	20/02/19 08:00	01/03/19 17:00
12	Software SIEM	8 dias	04/03/19 08:00	13/03/19 17:00
13	☐ Estruturação	29 dias	14/03/19 08:00	23/04/19 17:00
14	Decreto Municipal de criação da UGEM	1 dia	14/03/19 08:00	14/03/19 17:00
15	Infraestrutura Mínima de Trabalho	7 dias	14/03/19 08:00	22/03/19 17:00
16	Experiências com SIEM	3 dias	25/03/19 08:00	27/03/19 17:00
17	Visita Técnica as Unidades Consumidoras UC	15 dias	25/03/19 08:00	12/04/19 17:00
18	Criação de Indicadores de Desempenho	7 dias	15/04/19 08:00	23/04/19 17:00
19	☐ Organização	70 dias	24/04/19 08:00	30/07/19 17:00
20	Diagnóstico Cadastral	20 dias	24/04/19 08:00	21/05/19 17:00
21	Diagnóstico Sócioeconômico	20 dias	24/04/19 08:00	21/05/19 17:00
22	Diagnóstico Geoclimático	20 dias	24/04/19 08:00	21/05/19 17:00
23	Visita Técnica as Unidades Consumidoras UC	20 dias	22/05/19 08:00	18/06/19 17:00
24	Dados das contas de energia das Unidades Consumidoras	20 dias	19/06/19 08:00	16/07/19 17:00
25	Levantamento dos equipamentos das unidades consumidoras	20 dias	19/06/19 08:00	16/07/19 17:00
26	Experiências com SIEM	10 dias	17/07/19 08:00	30/07/19 17:00
27	☐ Gerenciamento	30 dias	31/07/19 08:00	10/09/19 17:00
28	Análise Mensal dos Dados	10 dias	31/07/19 08:00	13/08/19 17:00
29	Método de Medição e Verificação	10 dias	14/08/19 08:00	27/08/19 17:00
30	Gráficos e Relatórios Mensais do SIEM	10 dias	28/08/19 08:00	10/09/19 17:00
31	☐ Planejamento	90 dias	11/09/19 08:00	14/01/20 17:00
32	Visita Técnica as Unidades Consumidoras UC	20 dias	11/09/19 08:00	08/10/19 17:00
33	Elaboração de Programa de Eficiência Energética	30 dias	09/10/19 08:00	19/11/19 17:00
34	Análise do Cenário Real, de Referência e de Eficiência	20 dias	20/11/19 08:00	17/12/19 17:00
35	Análise Mensal da Economia de Energia e de Recursos	20 dias	18/12/19 08:00	14/01/20 17:00
36	☐ Consolidação	75 dias	15/01/20 08:00	28/04/20 17:00
37	Nova Sensibilização dos Agentes Públicos	15 dias	15/01/20 08:00	04/02/20 17:00
38	Elaboração do PLAMGE	60 dias	05/02/20 08:00	28/04/20 17:00

Figura 11 – Cronograma de Execução do Plano de Intervenção em Gestão da Energia Elétrica

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Permanecer durante três meses longe de casa, estudando em período integral os diversos temas da administração pública, em um curso pioneiro, com um grupo formado pelas mais diferentes culturas, raças, religiões e partidos não foi uma tarefa fácil.

Para poder estar ali foi preciso encarar chefes, família e amigos; foi necessário abrir mão de salários, cargos e carreiras; e foi essencial nos reduzir a nossa insignificância para poder aprender mais. E este aprendizado não está relacionado às disciplinas acadêmicas que cursamos neste período (que têm sim o seu valor), mas está relacionado aos exemplos de boas ações, de funcionários corajosos e dedicados, de seres humanos que estão em busca de deixar o mundo um pouco melhor do que encontraram.

A Especialização em Gestão Pública com ênfase em Governo Local foi uma experiência impar. Um curso aplicado por um órgão da esfera federal a servidores públicos municipais teve muito a nos ensinar, principalmente que existem municípios “*guerreiros*” que mesmo com muitas dificuldades e pouquíssimos recursos conseguem realizar verdadeiros milagres e que o poder público federal por mais que procure sempre se aproximar da realidade dos municípios, nem sempre consegue contemplar a todos.

Uma experiência relatada em sala de aula foi muito significativa: uma professora nos contou sobre as políticas de transporte escolar no Brasil, falou sobre a existência de um programa público onde os municípios recebem ônibus e micro-ônibus para a realização desta condução. No entanto, relatou que em certa ocasião, diversos municípios fizeram a devolução dos novos veículos recebidos. E você pode imaginar o por quê? O motivo era que a política desenvolvida não considerava cidades banhadas por rios onde o deslocamento das crianças só era realizado através de barcos.

Diante deste contexto observamos como é importante o desenvolvimento de projetos específicos para cada localidade, que apesar de existirem diretrizes e regras gerais para todo o país, é necessário desenvolver planos de intervenção aplicados à realidade municipal.

O Plano de Intervenção em Gestão do Sistema de Energia Elétrica no Município de Itu-SP foi desenvolvido a partir de uma solicitação dos secretários de Obras e Planejamento, que encontravam dificuldades na administração do sistema de energia elétrica municipal. Considerando a realidade e as limitações locais, utilizou-se a metodologia PLAMGE elaborada pelo IBAM em parceria com a ELETROBRAS e a PROCEEL, para criar um projeto aplicável e financeiramente viável, associado às expectativas dos gestores públicos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA – ANEEL. *Boletim Informativo de Jan/2015*. Disponível em: <http://www2.aneel.gov.br/arquivos/HTML/fique_dentro_bip_jan_2015.html> Acessado em 06 de agosto de 2018.

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA – ANEEL. *RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 414, DE 9 DE SETEMBRO DE 2010*. Disponível em: <<http://www.aneel.gov.br/ren-414>> Acessado em 13 de junho de 2018.

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA – ANEEL. *Nota Técnica nº 021/2011-SRC/ANEEL*. Disponível em: <http://www2.aneel.gov.br/aplicacoes/audiencia/dspListaDetalhe.cfm?attAnoAud=2011&attIdeFasAud=569&id_area=13&attAnoFasAud=2011> Acessado em 13 de junho de 2018.

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA. *Regulação dos Serviços de Distribuição*. Disponível em: <<http://www.aneel.gov.br/regulacao-da-distribuicao>>. Acessado em: 15 de agosto de 2018.

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA – ANEEL. *Contrato de Concessão nº 009/2002-ANEEL*. Disponível em: <<http://www2.aneel.gov.br/aplicacoes/contrato/contrato.cfm?idramo=3>> Acessado em 20 de julho de 2018.

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA – ANEEL. *Contrato de Permissão para Prestação do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica nº 003/2008-ANEEL*. Disponível em: <<http://www.aneel.gov.br/contratos-de-distribuicao>> Acessado em 20 de julho de 2018.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acessado em 07 de junho de 2018.

CATHO. *Engenheiro Eletricista*. Disponível em: <<https://www.catho.com.br/profissoes/engenheiro-eletricista/>> Acessado em: 25 de outubro de 2018.

GEHL, Jan. *Entrevista com Jan Gehl*. São Paulo: 2011. Revista Vida Simples, edição 107, julho de 2011, págs. 43 a 45.

ELETROBRAS. **PROCEL**. Disponível em: <<http://eletrobras.com/pt/Paginas/Procel.aspx>> Acessado em 17 de agosto de 2018.

D'AVILA FILHO, Paulo M.; LIMA, Paulo Cesar G. de Cerqueira; JORGE, Vladimir Lombardo. *Indicação e intermediação de interesses: uma análise da conexão eleitoral na cidade do Rio de Janeiro, 2001-2004*. Rev. Sociol. Polit., Curitiba, v. 22, n. 49, p. 39-60, Mar. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782014000100003&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 06 de maio de 2018.

DAVIS, Pedro Gondim. *Considerações sociopolíticas acerca da crise hídrica em Itu (SP)*. 30ª Reunião Brasileira de Antropologia. João Pessoa/PB. João Pessoa: agosto/2016.

ITU. **LEI COMPLEMENTAR Nº 770, de 10 de outubro de 2006 – Plano Diretor Participativo do Município da Estância Turística de Itu – PDPI**. Itu: Prefeitura da Estância Turística de Itu, 2006.

PACHECO, Luiz Felipe Lacerda. *Manual para a elaboração de planos municipais da gestão de energia elétrica* / Luiz Felipe Lacerda Pacheco e Luciana Hamada. Coordenação de Tereza Cristina Baratta e Luciana Hamada. Rio de Janeiro: IBAM/DUMA; ELETROBRAS/PROCEL, 2010.

PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE ITU. *Operação Casa Limpa Começa segunda-feira*. Disponível em: <https://www.itu.sp.gov.br/operacao-casa-limpa-comeca-segunda-feira-em-itu/> Acessado em 06 de maio de 2018.

PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE ITU. *Agravo de Instrumento nº 00177038-78.2015.4.03.0000/SP*. Disponível em: <<http://web.trf3.jus.br/acordaos/Acordao/BuscarDocumentoGedpro/4821251>> Acessado em 06 de maio de 2018.